



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

Parecer nº 54/2019 – RELATORIA ESPECIAL

I- **MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 06/2019 – Que autoriza o Poder Executivo contratar parcelamento da dívida para com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

II- **RELATÓRIO:** O presente Projeto visa autorização legislativa para que o Poder Executivo, em nome do Município de Miracatu possa contratar parcelamento da dívida para com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, através da Receita Federal do Brasil. E, para a garantia do principal e acessório, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, durante o prazo de vigência do parcelamento, o qual deverá consignar no orçamento anual, durante o prazo estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessório resultante do cumprimento após a sanção da presente lei. A presidência da Casa expediu ofício sob nº 102/2019, datado de 27/03/2019 solicitando informações sobre a queda da receita para instrução do presente Projeto de Lei 06/2019. Em resposta, o Executivo informou que analisando os demonstrativos de apuração da Receita Corrente Líquida referente aos anos de 2017 e 2018, houve a comprovação de uma queda de arrecadação em 2018, principalmente das receitas tributárias na ordem de 24,57% em relação ao ano de 2017. Considerando também os efeitos da inflação em 2018 foi de 28,32% em relação a 2017. Tal efeito de queda das receitas tributárias se deu com o término da duplicação das obras da BR-116-Serra do Cafezal. Folha 08: há um demonstrativo através de gráfico apurando a arrecadação do ISSQN nos últimos 4 anos: **2015:** R\$ 15.129.914,37; **2016:** R\$ 12.271.849,06; **2017:** R\$ 12.956.346,93 e **2018:** R\$ 8.483.955,69. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação a folhas 09 foi favorável ao projeto. A Comissão de Orçamento e Finanças em reunião no dia 06/05/2019 expediu ofício datado de 07/05/2019 ao Exmo Sr Prefeito Municipal questionando acerca do assunto em pauta no referido projeto. O ofício foi reiterado por duas vezes, ante a ausência de resposta (fl.14), na data de 29/05/2019. O Executivo atendeu em 24/06/2019 (fls. 20/81). Folha 82 há memorando da Sra Assistente Legislativa informando a Presidência da Casa acerca do decurso de prazo que expirou em 05/07/2019 para a Comissão de Orçamento e Finanças dar seu Parecer. Ato contínuo, a Sra. Presidente tomou ciência do teor do referido memorando (nº 29/2019) e com fulcro no artigo 229, § 6º do Regimento Interno fui nomeado para funcionar como Relator Especial. Ante todo o exposto e analisando os documentos apresentados pelo Executivo, nota-se que houve a queda de arrecadação a partir do ano de 2018, porém há parcelamentos em aberto referentes aos seguintes anos: **2013**, sob nº do parcelamento nº 620213027, no valor de R\$ 1.634.362,42, parceladas em 240 vezes, restando 173; **2017**, sob nº PERT – MP 783/2017, no valor de R\$ 1.392.717,91, parceladas em 120 vezes, restando 98; **2018**, sob nº 628516398, no valor de R\$ 3.143.534,51, (fl.03), parceladas em 25 vezes, restando 19; **2019**, sob nº 631981624, no valor de R\$ 718.908,01, parceladas em 23 vezes, restando 19; **2019**, sob nº 632804661, no valor de R\$ 1.060.991,42, parceladas em 60 vezes, restando



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

59. Denota-se que analisando a mensagem do Exmo Sr Prefeito Municipal (fl. 02) e o Projeto de Lei nº 06/2019, não há menção do período do parcelamento, do valor do débito em aberto com o INSS, e a quantidade de parcelas. Assim, solicitei a Senhora Presidente desta Casa expedição de ofício sob nº 221/2019, para que o Executivo informasse o valor do parcelamento, do período, bem como o número de parcelas. Ato contínuo, o executivo atendendo ao documento expedido por esta Casa, encaminhou as informações solicitadas, através do Ofício sob nº 290/2019, datado de 1º/08/2019. Nesse documento o Exmo Senhor Prefeito informa que o valor do débito junto ao INSS é de R\$ 2.517.303,31 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e três reais e trinta e um centavos), a ser efetuado em 60 parcelas. Em anexo, foi juntado despacho proferido pelo Senhor Diretor Municipal da Fazenda e Planejamento que menciona dados de dois parcelamentos que são os seguintes: primeiro período: (10/2017, 11/2017 à 01/2018, 02/2018, 04/2018 à 06/2018 e 08/2018, 10/2018), parcelamento nº 628516398, valor do débito até 31/07/2019: R\$ 1.853.124,08 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e quatro reais e oito centavos) com valor da parcela mensal de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) e o segundo período: (11/2018 -12/2018 e 13/2018), valor do débito até 31/07/2019: R\$664.179,23 (seiscentos e sessenta e quatro reais, cento e setenta e nove reais e vinte e três centavos) com valor da parcela mensal de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), perfazendo assim o valor do débito total acima mencionado (R\$ 2.517.303,31), tendo a parcela mensal dos períodos discriminados de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais). Mencionou o Sr. Diretor Municipal da Fazenda e Planejamento que será necessária uma entrada de R\$ 503.460,66 (quinhentos e três mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), ou seja 20% do valor dos débitos e o restante parcelado em 59 vezes de R\$ R\$ 34.132,93 (trinta e quatro mil, cento e trinta e dois reais e noventa e três centavos), e a cada parcela acrescido de atualização monetária, que será computado no ato do pagamento. Asseverou o Sr Diretor no tópico final que com a diminuição no dispêndio mensal, no valor de R\$ 113.867,07 (cento e treze mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sete centavos), esse será empregado no pagamento de outras demandas a cada mês, visando assim, adequar as finanças do Município. A xerocópia da Instrução Normativa da Receita Federal sob nº 1891, de 14 de maio de 2019, que disciplina sobre o parcelamento junto a Secretaria Especial da Receita Federal acompanhou também o ofício do Exmo Sr Prefeito, onde o Art. 2º dispõe o seguinte: “Os débitos de qualquer natureza perante a Receita Federal do Brasil poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas”; Já o art. 13, Inciso II, assim dispõe: “Parcelamento em curso ou que tenham sido rescindidos podem ser alterados para inclusão de novos débitos, nas condições estabelecidas por esta Instrução Normativa, mediante procedimento de reparcèlement. ...II- a 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcèlement anterior”. Por fim, o Art. 16 assim menciona: “ Poderá ser concedido parcelamento simplificado para pagamento de débitos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)”. Ante todo o exposto, bem como, diante da abertura de Comissão Especial de Inquérito, nos termos dos artigos 11 à 137 do Regimento Interno para análise destes parcelamentos acima



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

mencionados . Verificando ainda que o Projeto de Lei nº 06/2019 está em consonância com os ditames da Lei que rege o parcelamento do débito junto a Receita Federal (Instrução Normativa nº 1891/2019), e para que nosso Município não seja prejudicado com os cortes nos repasses de convênios, apresento minha decisão no item abaixo.

III- Decisão: Favorável ao PL nº 06/2019, qual seja, o parcelamento junto à Secretaria Executiva da Receita Federal acerca de débitos dos parcelamentos dos encargos do INSS, referente aos seguintes períodos:

- parcelamento nº 628516398, período: 10/2017, 11/2017 à 01/2018, 02/2018, 04/2018 à 06/2018 e 08/2018, 10/2018, Valor em 31/07/2019 : R\$ 1.853.124,08;

- parcelamento nº 631981624, período: 11/2018 -12/2018 e 13/2018, Valor em 31/07/2019: R\$ 664.179,23;

O Valor do parcelamento será de R\$ 2.517.303,31 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e três reais e trinta e um centavos), com entrada de 20% do débito, qual seja de R\$ 503.460,66 (quinhentos e três mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), tendo ao final um saldo restante de R\$ 2.013.842,65 (dois milhos, treze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), a ser parcelado em 59 vezes acrescido de atualização monetária a ser computado por ocasião da emissão da guia competente para posterior ato do pagamento.

Miracatu, 05 de agosto de 2019.

Pablo Lopes da Silva Pereira
Relator Especial.